

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATU SENSU”
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA**

FLÁVIA LAUREANO DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS
E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS**

Aracaju - SE
2010

FLAVIA LAUREANO DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS
E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Núcleo de Pós –
Graduação e Extensão da FANESE como
requisito para obtenção do título de
Especialista em Saúde Pública e da
Família.**

ORIENTADOR: Sérgio Andrade Galvão

**Aracaju - SE
2010**

FLAVIA LAUREANO DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS
E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Saúde Pública e da Família.

Banca Examinadora

Avaliador

Coordenador do Curso

Flavia Laureano dos Santos

Aprovada com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2010

RESUMO

A cada dia o nosso estilo de vida se modifica, em consequência da introdução de novas tecnologias, novos recursos e diversas alterações vitais, que caracterizam o século atual, provocando uma preocupação diante dos elevados índices de crescimento da violência nas mais diversas formas de manifestação, ressaltando-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira. Diante dessa evolução, temos a violência intrafamiliar, a qual designa a violência que ocorre na família, envolvendo diversos atores, dentre eles os parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. O presente artigo tem como vertente principal analisar a violência sexual intrafamiliar em crianças, em especial o abuso sexual, levando-se em conta as características dos atores envolvidos e do processo, bem como suas consequências físicas e psicológicas. O método de análise escolhido consubstancia-se numa revisão bibliográfica, analisando os argumentos encontrados, a fim de identificar uma solução que seja eficiente e eficaz em relação à problemática do abuso sexual intrafamiliar. Entretanto está bem documentada a prática da violência intrafamiliar, designada muitas das vezes na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. Diante das análises conclui-se que os efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser devastadores, e os problemas decorrentes do mesmo encontram-se presente na maturidade dessas crianças. No caso da situação familiar esta precisa ser bem investigada procurando verificar ou não a participação de terceiros no dispêndio do abuso, onde este seja desdobramento de uma ação de negligência, impotência e conivência.

Palavras-chave: Violência Intrafamiliar, Abuso Sexual, Crianças

ABSTRACT

Every day our lifestyle changes, as a result of the introduction of new technologies, new features and several vital changes that characterize the current century, causing concern about the high rates of growth of violence in various forms of manifestation emphasizing today as a crucial issue in Brazilian society. Given this evolution, we have domestic violence, which means violence that occurs in the family, involving several actors, among them relatives who live or not under the same roof, although the likelihood is greater among relatives who live daily in the same home. This article aims at analyzing the present sexual violence within the family in children, particularly sexual abuse, taking into account the characteristics of the actors involved and the process as well as their physical and psychological consequences. The chosen method of analysis has consisted of a literature review, examining the arguments, to identify a solution that is efficient and effective in relation to the problem of sexual abuse within the family. However it is well-documented practice of domestic violence, often called the family, involving relatives who live or not under the same roof, although the likelihood is greater among relatives who live daily in the same household. Before the analysis concludes that the psychological effects of sexual abuse can be devastating, and the problems stemming from that are present in the maturity of these children. In the case of family situation and this needs to be investigated for verifying whether or not the participation of others in the expenditure of abuse, where the split is an action of negligence, connivance and impotence.

Keywords: Family Violence, Sexual Abuse, Child

SUMÁRIO

RESUMO.....	04
ABSTRACT.....	05
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR EM CRIANÇAS E SUAS IMPLICAÇÃO PSICOLÓGICAS.....	09
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17

1 INTRODUÇÃO

Diversas mudanças ocorrem no mundo moderno e com isso trazem a necessidade das pessoas estarem buscando a adaptarem-se as novas mudanças. Para tanto, em relação a essas mudanças, temos a família, a escola, como sendo um dos espaços auxiliador permanente no processo de mudança por meio da formação, construção e reconstrução.

Observa-se, que a cada dia o nosso estilo de vida se modifica, em consequência da introdução de novas tecnologias, novos recursos e diversas alterações vitais, que caracterizam o século atual, provocando uma preocupação diante dos elevados índices de crescimento da violência nas mais diversas formas de manifestação, ressaltando-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira.

No atual século nota-se que inúmeras causas podem ser apontadas como fator principal para o aumento da violência, recebendo destaques as desigualdades econômicas, sociais e culturais, o processo de disseminação das drogas, a falta de oportunidade para o trabalho, ou mesmo os efeitos perversos da chamada cultura de massa. Embora esses fatores contribuam para o aumento da violência, por si sós não explicam o fenômeno.

Neste contexto, o presente artigo tem como vertente principal analisar a violência sexual intrafamiliar em crianças, em especial o abuso sexual, levando-se em conta as características dos atores envolvidos e do processo, bem como suas consequências físicas e psicológicas. O método de análise escolhido consubstancia-se numa revisão bibliográfica, analisando os argumentos encontrados, a fim de identificar uma solução que seja eficiente e eficaz em relação à problemática do abuso sexual intrafamiliar.

O presente trabalho justifica-se na medida em que se reconhece que o grande desafio para a sociedade na realidade atual, bem como diversos profissionais em criar um clima propício ao desenvolvimento de crianças respeitando o que apregoa o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Assim, a importância do estudo dessa especialidade decorre de inúmeros casos de abuso sexual ocorridos em diversas cidades. É, então, imprescindível contar com uma sociedade forte e atenta a seus direitos e deveres para que

comprometidas com tal problemática estejam dispostas a encarar desafios, bem como promover mudanças.

Essa proposta, ainda, torna-se relevante no meio acadêmico, científico e a comunidade, pelo fato de proporcionar uma reflexão acerca do campo a ser explorado por profissionais envolvidos, contribuindo ainda para preencher lacunas na ausência de pesquisas com esta característica

2 VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR EM CRIANÇAS E SUAS IMPLICAÇÃO PSICOLÓGICAS.

Observou-se na literatura corrente que os indivíduos que são atingidos pela violência transformam-se em vítimas, pois são na sua maioria são prejudicados de alguma forma pelo uso da força ou privados de algum bem, seja ele a vida, a integridade do corpo ou do espírito, a dignidade, a liberdade de movimento ou os bens materiais. Para tanto, segundo Furniss (1993) constitui-se violência: "matar, ferir, prender, roubar, humilhar, explorar o trabalho alheio, etc".

Sobre violência acrescenta More et al (1992), "toda e qualquer forma de opressão, de maus tratos, de agressão tanto no plano físico como emocional que contribuem para o sofrimento de outra pessoa".

Chauí (1985) complementa o conceito de violência proposto por More como sendo,

A violência ocorre de duas vertentes, uma com conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. E outra como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Diante do conceito de violência, observa-se que em meio a tal situação diversos autores citam nos atentam que vários termos são utilizados para nomear a violência, as quais ocorrem de diversas formas, tais como violência intrafamiliar, violência doméstica que acontece no espaço doméstico e familiar, atingindo e crianças, adolescentes (Azevedo & Guerra, 1988).

Ainda citando Azevedo & Guerra (1988) a violência intrafamiliar designa a violência que ocorre na família, envolvendo diversos atores, dentre eles os parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. Já em relação a violência doméstica, não está limitada somente à família, envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco.

O Estatuto da Criança e do Adolescente conceitua abuso sexual infantil como sendo, como um ato libidinoso contra crianças e adolescente que não possuem discernimento mental do ilícito. Onde este é um fenômeno universal, pois

envolve em totalidade países e regiões independentemente de serem subdesenvolvidos ou desenvolvidos.

Para tanto, o fenômeno do abuso sexual é muito complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família. É difícil também para os profissionais, que muitas vezes não sabem como agir diante do problema.

A problemática do abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor. É também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso.

Tais consequências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da criança e duração do abuso; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças; grau de relacionamento com o abusador; e ausência de figuras parentais protetoras.

Neste sentido, se a violência ocorre em ambiente familiar, o agressor pode ser pai, mãe, avós, tios, irmãos, padrastos, cunhados, pais adotivos e famílias substitutas. Quando a violência é praticada por pessoas não pertencentes à família da vítima, porém conhecidas desta, o agressor pode ser amigo, vizinho, professor, religioso, médico, empregados domésticos, entre outros. A violência pode ser também praticada por desconhecidos e até mesmo por mulheres mais velhas.

O abusador é como uma pessoa qualquer, geralmente tem padrões morais e religiosos, mas uma perturbação sexual e bastante agressividade com a família.

Lévi-Strauss (1976) em seus trabalhos pertinente a área chama a atenção:

Para quando o autor do abuso sexual infantil é o pai biológico, configura-se uma situação incestuosa, que se dá fora do mito do Édipo, mas com implicações também muito trágicas. O pai abusador, ao impor a lei do seu desejo, transgride a lei cultural que proíbe o incesto, trai a confiança da criança e se aproveita da sua vulnerabilidade e imaturidade. Garante o silêncio da vítima muitas vezes com promessas, cumplicidade ou mesmo ameaças, e, freqüentemente, se beneficia da convivência ou cegueira da mãe e dos outros membros da família. A criança vive uma situação traumática e conflituosa, permeada por diferentes sentimentos onde se misturam medo, raiva, prazer, culpa e desamparo. Tem raiva da mãe por não protegê-la e tem medo de contar, com receio de que não acreditem nela ou a considerem culpada.

Diversas mulheres que foram vítimas de abuso sexual em sua infância tornam-se mais vulneráveis para estabelecer relações com homens abusivos e, conseqüentemente, mostram-se menos capazes de proteger suas próprias filhas do abuso sexual. A repetição do abuso sexual com suas filhas é estatisticamente significativa (Fuks, 1998; Hirigoyen, 2000; Soares, 1999).

Tal ação também pode ser observada em diversas histórias de vida de homens abusadores (Miller, 1994; Islas, 2000 e Gramm, 1997), muito freqüentemente foram vítimas de abuso na infância. Vale ressaltar que, apesar da incidência da repetição ser um fator muito presente na história de vida de homens e mulheres que sofreram abuso sexual na infância, não há um determinismo linear envolvendo esses fatos. São muitos os processos de subjetivação produzidos no percurso de elaboração dessas experiências.

Diante desse processo, até se configurar o ato do abuso sexual, tal ação produz uma crise imediata nas famílias e na rede de profissionais. A complexidade dos processos envolvidos exige uma abordagem multidisciplinar que integre os três tipos de intervenção: punitiva, protetora e terapêutica, como propõe Furniss (1993),

Integrar essas ações de forma a não causar maiores danos à criança, diante da situação de exposição e rupturas desencadeadas pela situação da revelação, é o grande desafio dos profissionais, dentre eles os psicólogos. O trabalho de atendimento à família, vítimas e agressores, é fundamental. Devido à enorme carga de ansiedade mobilizada nessas situações, freqüentemente a família tenta fugir do atendimento, sendo, muitas vezes, necessário um apoio legal para mantê-la em acompanhamento.

Diante de tal explanação, para que haja a concretização do abuso sexual, muitos profissionais de saúde, assim como outros profissionais e pessoas envolvidas com crianças, devem estar atentos para identificar os casos de abuso sexual em que há evidência de violência física, como também aqueles em que não há marcas, pois em apenas cerca de 40% dos casos há evidências físicas de abuso (A FALEIROS et al., 1999). O envolvimento de membros da família no abuso sexual pode dificultar a identificação do mesmo. A ameaça de um processo criminal envolvendo a família e o profissional como testemunha pode contribuir para que o abuso sexual não seja revelado. Outras dificuldades também podem surgir dos tabus sociais manifestados pelos profissionais, assim como pela população em geral.

O abuso sexual segundo A. Faleiros et al (1999) pode ser identificado das seguintes formas:

Por lesões físicas (hematomas, ruptura do hímen, esquimoses, marcas de mordidas, lacerações anais e outras). A magnitude das lesões está associada à gravidade do ato sexual e, geralmente, estão presentes em pequeno número, pois a maioria dos casos de abuso sexual não deixa vestígios físicos. Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, hepatite B, corrimento vaginal, relaxamento do esfíncter anal, dores abdominais, sangramento vaginal e gravidez podem ser conseqüências do abuso sexual e por lesões psicológicas (conhecimento e interesse precoce sobre questões relacionadas ao sexo, manifestação precoce da sexualidade, dificuldades de relacionamento em grupo e isolamento social, perturbações psico-emocionais, enurese noturna, encoprese, distúrbios do sono e de alimentação, falta de confiança em adultos e medo de pessoas do sexo oposto, tentativa de suicídio, baixo rendimento escolar, fugas freqüentes do lar, mudanças repentinas de humos e comportamento agressivo.

Atenta-nos que na maioria dos casos crianças que foram vítimas sexualmente abusadas por seu pai, tio, irmão, avô ou algum outro amigo ou conhecido de confiança da família poderão ter uma visão muito diferente do mundo e dos relacionamentos interpessoais em relação àqueles que cresceram em um ambiente familiar amoroso, protetor e com fronteiras familiares bem definidas. Meninas que são sexualmente abusadas por seus parentes são levadas, muitas vezes, a sentir que a culpa foi delas ou que foram elas que "provocaram a situação". Pode lhes ser dito que "todos os pais fazem isso", ou que "estou somente lhe educando sexualmente". Em virtude de ouvirem essas mensagens, freqüentemente crescem sentindo que não têm valor. Aceitam, portanto, o ponto de vista do agressor, que afirma que são úteis somente desempenhando papéis que sejam de pouca importância ou que sejam predominantemente sexuais.

Na maioria das vezes, nada é dito; a atividade sexual começa simplesmente quando a criança é muito pequena, podendo se estender ao período da adolescência e, em alguns casos, ter ainda uma continuidade. Existem barreiras óbvias para meninos e adolescentes do sexo masculino relatarem o abuso sexual praticado contra eles por homens mais velhos. Em primeiro lugar, há o "tabu duplo": incesto e homossexualidade. Em segundo, pode ser difícil para alguns indivíduos do sexo masculino aceitarem que não são capazes de se proteger (que não são "machos" o suficiente). Em terceiro, espera-se que os homens sejam autoconfiantes e que não digam para os outros se estão magoados. E, por fim, há uma carência de

cobertura da mídia em relação a meninos enquanto vítimas; eles são, na maioria das vezes, retratados como agressores.

O processo do abuso sexual contra crianças fornece a ambos, meninas e meninos, informações errôneas sobre relacionamento entre adultos e crianças. Uma relação envolvendo abuso sexual entre um adulto e uma criança - ou adolescente - é baseada em um poder e conhecimento desiguais. À medida que estas crianças crescem, percebem que sua confiança e seu amor foram traídos. Consequentemente pode ser difícil para elas voltar a confiar em alguém, e isso pode gerar problemas em seus relacionamentos na vida adulta.

Para tanto, esses menores ficam com seus comportamentos marcados, trazendo consigo conseqüências que podem ser observados por meio do abuso sexual, podendo ser físicas, sendo marcadas por lesões em regiões genitais ou em outras partes do corpo e a conseqüências de ordem psicológicas, gerada por distúrbios decorrentes de personalidade, levando ao uso de substâncias psicotrópicas, levando a marginalização, promiscuidade, hiperatividade e ansiedade exagerada.

O atendimento do abuso sexual infantil gera muita ansiedade nas equipes de saúde e nas varas da família, por conta das dúvidas levantadas sobre a veracidade ou não da denúncia, e, principalmente, pela resistência das famílias diante da imposição judicial do atendimento. Na rede pública de assistência, esses casos em geral são submetidos a um "jogo-de-empurra" entre os profissionais e as instituições. Isso acontece por uma série de questões. A primeira é que se trata de uma situação difícil de lidar e a maioria dos profissionais não tem treinamento adequado para isso. Outra é que não há recursos institucionais para dar apoio às vítimas e/ou profissionais que assumem o risco de levar adiante a denúncia. A terceira questão é que muitas vezes a vítima, diante do dilema de denunciar e enfrentar as conseqüências do seu ato prefere silenciar ou mesmo retirar a denúncia já feita, diante da pressão e da falta de apoio familiar, deixando os profissionais envolvidos desapontados e impotentes diante da situação.

A indicação psicoterapêutica mais adequada para os casos de abuso sexual infantil intrafamiliar é a terapia psicológica, envolvendo todos os membros da família, principalmente o agressor. A dificuldade está em transformar essa indicação em demanda. O trabalho começa com a discussão do problema — denúncia ou suspeita do abuso — e suas implicações na dinâmica familiar. Explicita-se que o

problema não é apenas da criança vitimada, mas de todos eles, e como tal, precisa ser pensado e trabalhado em conjunto.

Partindo do princípio de que os problemas da família dizem respeito a todos e como tal devem ser trabalhados no seio da própria família, procurando trabalhar o grupo familiar no enfoque operativo, como propõe Pichon-Rivière (1994), procurando criar um espaço de acolhimento e reflexão para a família pensar sobre o problema e buscar soluções mais criativas para resolver o conflito e não negá-lo.

Esta tarefa implica redefinir papéis, funções e responsabilidades de cada um, rompendo a cumplicidade silenciosa e restabelecendo a rede de comunicação. Isso possibilita uma contenção da ansiedade e desbloqueio da espontaneidade para que o grupo possa desenvolver uma "adaptação ativa" à realidade. Como diz Pichon-Rivière (1994):

Um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire insight, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura e dinâmica, quando cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico e o grupo se abre à comunicação e ao processo de aprendizagem e interação com o meio.

Esta proposta de atendimento familiar nos moldes de um grupo operativo desenvolve-se dentro de enfoque psicossocial, que busca apreender os diferentes aspectos envolvidos: psicológicos (conscientes e inconscientes), interacionais, sociais, econômicos e culturais envolvidos na história da família e sua contextualização atual. A perspectiva de gênero é introduzida aqui como um fator importante para entender as relações de poder dentro da família que transformam diferenças (de gênero ou geração) em desigualdades com fins de dominação-exploração. Parte-se sempre da singularidade da família, identificando suas crenças, valores, resistências, capacidade de mudança e potencial criativo.

Inicialmente faz-se uma avaliação de como ela se apresenta no momento, como cada um de seus membros pensa, sente e se relaciona com o problema, e de que recursos dispõem para transformar a realidade familiar. A partir daí vão se construindo as estratégias de intervenção, que, muitas vezes, exigem do psicólogo "desconstruções" de suas próprias crenças, valores morais e práticas terapêuticas já instituídas. Esse é, por excelência, um campo de criatividade onde o saber/fazer terapêutico é constantemente reinventado, recriado e reconstruído, de forma a possibilitar à família uma melhor compreensão da sua realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo ora apresentado procurou analisar a violência sexual intrafamiliar em crianças, em especial o abuso sexual, levando-se em conta as características dos atores envolvidos e do processo, elucidando as questões físicas e psicológicas, sendo a última a mais citada no trabalho.

Observou-se que o abuso sexual intrafamiliar em crianças em todos os casos analisados prejudica o desenvolvimento do indivíduo, não importando quem foi de fato o agressor, podendo ser da própria família.

Evidenciou-se também nesse trabalho que o abuso sexual em crianças, talvez de todas as violências, seja a pior. Pois através dele, tiramos o que há de mais belo no mundo: a inocência de uma criança, que depois desse ato cruel, nunca mais será mesma, pois sempre terá a vida marcada pela violência.

Notou-se que os efeitos físicos são terríveis, mas o psicológico do abuso sexual podem ser devastadores, e os problemas decorrentes do mesmo encontram-se presente na maturidade dessas crianças. No caso da situação familiar esta precisa ser bem investigada procurando verificar ou não a participação de terceiros no dispêndio do abuso, onde este seja desdobramento de uma ação de negligência, impotência e convivência.

Outro quesito de grande relevância é a questão da denúncia, ficando a família amparada e segura. Mas, na ausência de um entorno social, familiar, institucional e jurídico que ampare a família após a denúncia, a mesma se vê sob ameaça do total abandono social e privação econômica. Isso se acentua quando as crianças são pequenas, a mãe não trabalha e o sustento da família vem do trabalho do pai que não tem emprego fixo, o que poderia garantir judicialmente o sustento da família.

A retirada da denúncia frequentemente acontece após ameaça do pai de abandonar o trabalho e a família — quando a vítima não conta com nenhuma ajuda externa, seja do poder público, seja da comunidade seja de outros parentes. Nesses casos, a violência social se sobrepõe à violência intrafamiliar. Daí a importância do trabalho multidisciplinar, de maior atenção o psicológico que envolva ações integradas de cuidado e atenção à saúde, punição do agressor e proteção às crianças e famílias submetidas a situações de violência e abuso sexual. Para

garantir a continuidade do atendimento familiar em geral é necessário que o poder público institua a obrigatoriedade do atendimento mais eficaz do psicólogo, incluindo o agressor, como medida socioeducativa — assim como, nos casos de punição e afastamento do agressor do domicílio familiar, é necessário dar um amparo legal e material à família. Criar dispositivos que integrem todas essas ações de forma eficiente e eficaz é o grande desafio do poder público, da sociedade civil e dos profissionais que lidam com essa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N. **Pele de asno não é só estória... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo: Editora Roca, 1988.

Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. **Em Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Rio de Janeiro: Zahar.

A FALEIROS, Eva T. Silveira; COSTA, Ozanira (Org.). **Políticas públicas e estratégias contra a exploração sexual comercial e o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes.** Brasília: Ministério da Justiça/CECRIA, 1999

Fuks, L.B. Abuso sexual de crianças na família. **Percurso.** 1998. 20 (1), 120-126.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar: manejo, terapia e intervenção legal integrados.** 1 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 337p.

Gramm, L. Arrependimento e Reparação em Casos de Abuso Sexual. Em C. Madanes (Org.), **Sexo, Amor e Violência.** 1997 (pp. 74-89). (M.C.E. Lopes & S.M.C. Machado, Trad.) São Paulo: Ed. Psy. (Trabalho original publicado em 1990).

Hirigoyen, M.F. (2000). **Assédio Moral: A violência perversa do cotidiano.** (M.H. Kühner, Trad.) São Paulo: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1998).

Islas, F.C. Ajudando os homens a superar o comportamento violento em relação às mulheres. Em A.R. Morrison & M.L. Biehl (Orgs.), **A família Ameaçada: violência doméstica nas Américas.** 2000 (pp. 149-152). (G.B. Soares, Trad.) Rio de Janeiro: Ed. FGV. (Trabalho original publicado em 2000).

Lévi-Strauss, C. **As estruturas elementares do parentesco.** (M Ferreira, Trad.) Petrópolis: Vozes. 1976 (Trabalho original publicado em 1967). Acessado em 05/01/2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722002000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt.

Miller, D. Incesto: o centro da escuridão. Em E. Imber-Black (Org.), **Os Segredos na Família e na Terapia Familiar** (pp. 185-199). (D. Batista, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. 1994 (Trabalho original publicado em 1991).

MOORE, Burness E.; FINE, Bernard D. **Termos e conceitos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, 38p.

Pichon-Riviére, E. **O processo grupal**. (M.A.F. Velloso, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. 1994 (Trabalho original publicado em 1980).